

Magalhães poderá relatar cassações

O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI do Orçamento, deverá ser indicado para relatar os processos de cassação dos deputados envolvidos na manipulação das verbas públicas. A medida deverá antecipar em pelo menos um mês a suspensão dos direitos políticos dos parlamentares corruptos, viabilizando a votação da revisão constitucional. A idéia está sendo defendida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, que já conta com informações de que não há impedimento formal para Magalhães, membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — onde tramitarão os processos —, ser o relator designado.

No mesmo dia em que a CPI do Orçamento votar o relatório final de Magalhães, previsto para o próximo dia 17, Inocêncio Oliveira encaminhará uma representação CCJ para dar início aos processos de cassação. Segundo Inocêncio, escolha de Roberto Magalhães, que já está com o relatório das investigações feitas pela CPI em ritmo normal, vai acelerar fantasticamente trabalho de relatoria na Comissão de Constituição e Justiça. Por seus cálculos, em até 15 dias os membros da Comissão poderão votar processos e o plenário fará votação no máximo em cinco dias. Inocêncio prevê que não serão necessários mais do que três sessões plenárias da Câmara para cassar os deputados envolvidos no escândalo Orçamento.

Novas CPIs — As CPIs da CF das empreiteiras deverão ter início retardado em alguns dias em favor da revisão constitucional. Lideranças dos maiores partidos do Congresso Nacional já fecharam acordo com Inocêncio Oliveira de que não seja instalada qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito naquela Casa, até que se conclua a revisão, com término previsto para 15 de março. Inocêncio levou a proposta, hoje, para o presidente do Senado, Humberto Lucena. Há um consenso de que a revisão não prosseguirá se a atenção não for dada para outras atividades. O presidente explicou Inocêncio. Os defensores da rápida instalação das CPIs, por outro lado, sustentam que é preciso conciliar as investigações com a revisão constitucional. A decisão de priorizar a revisão foi tomada pelos líderes na casa do presidente da Câmara.